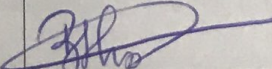
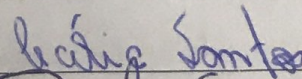
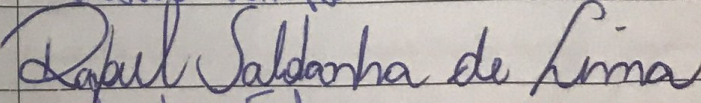
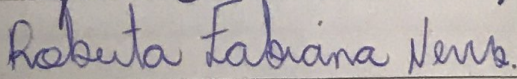
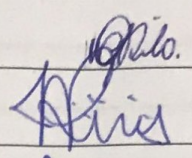
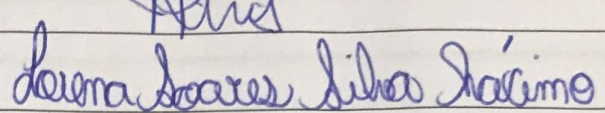


Ata da 156ª (centésima quinquagésima sexta) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Silva Freitas (titular); Cecília Pinto Santos (titular); Maria das Graças Epifânio da Silva (suplente); Rafael Saldanha de Lima (titular); Lorena Máximo (suplente); Roberta Neves (titular); Juliano Pires (suplente); Daniela de Castro Viana e Tiago Henrique dos Santos - arquitetos responsáveis pela obra na rua Ari Marques (convidados). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio de mensagem enviada no grupo COMPAC BD no *Whatsapp* e que continha data, horário, local e pautas da reunião convocada. As pautas foram: 1- *Análise do projeto de construção de imóvel na Rua Ari Marques, perímetro de entorno do tombamento da Vila Militar*; 2- *Apresentação e aprovação da prestação de contas do FUMPAC*; 3 - *Apresentação e aprovação do Plano de Aplicações do FUMPAC para 2023*; 4 - *Segunda análise do projeto de imóvel situado na Rua Faustino Teixeira, perímetro de entorno do Castelinho*. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara, que explicou novamente para todos a situação da primeira pauta. Após a explanação, Bárbara perguntou se o projeto está inserido no perímetro de tombamento ou apenas no de entorno, tendo em vista que as diretrizes de ambos são diferentes. Os arquitetos demonstraram que a obra estará inserida apenas no perímetro de entorno. Em seguida, Daniela e Tiago apresentaram todo o projeto novamente, com mais detalhes. Afirmaram que dois prédios de onze andares, acrescido volume de caixa d'água, serão construídos e no restante do terreno será construída uma área de lazer. O conselheiro e arquiteto Rafael Saldanha analisou o projeto cautelosamente. A presidente informou aos arquitetos que o projeto estava sendo analisado detalhadamente, porque todos os projetos inseridos em perímetros de proteção são analisados pelo Conselho a partir das diretrizes estabelecidas pelos dossiês de tombamento dos respectivos bens. A presidente ainda afirmou que, segundo o dossiê de tombamento da Vila Militar, o tipo de projeto apresentado não era viável, pois segundo uma das diretrizes estabelecidas, "a edificação não poderá impedir ou reduzir a visibilidade da área tombada. Novas construções devem obedecer a limitação da altimetria local". A partir da leitura de algumas diretrizes, a presidente expôs que a altimetria do local é relativamente baixa, com exceção do prédio que fica ao lado da Vila, mas que foi iniciado e aprovado antes do tombamento do bem. Assim, a partir do momento do tombamento, todo o entorno deve seguir as diretrizes. Bárbara ainda explicou que o projeto apresentado altera a altimetria, bem como a ambiência local, e impactará a Vila Militar. Logo, seguindo a diretriz do dossiê, esse tipo de construção não passaria. Assim, a presidente expôs a complexidade da situação. O arquiteto Tiago perguntou sobre a aprovação do prédio ao lado da Vila, e a presidente explicou que o Conselho não aprovou, tendo em vista que na época a área não era protegida, pois foi anterior ao tombamento. Bárbara afirmou que enviaria a cópia do dossiê para os arquitetos. Tiago questionou se seria possível fazer uma compensação para chegar a um acordo. A presidente explicou que os conselheiros podem analisar a possibilidade de uma contrapartida, tendo em vista que a obra impactará a Vila Militar. Ainda sugeriu uma compensação de revitalização da Vila, restauro de algumas edificações. Tiago afirmou que a empresa tem interesse e está aberta a negociar para a aprovação do projeto. Ainda expôs que não é o primeiro projeto da empresa que acontece o mesmo. A conselheira Cecília questionou se seria possível mudar a altimetria do prédio, e os arquitetos afirmaram que não é esse o produto que a empresa oferece. A presidente afirmou que a compensação é possível, mas que é necessária a análise e aprovação do Conselho. Ainda expôs que segundo as diretrizes, é necessária a anuência do próprio Batalhão. Questionou se a empresa poderia apresentar uma contrapartida, e Tiago afirmou que tal sugestão deve vir do Conselho para que a empresa possa analisar. Ficou acordado que a presidente enviaria o ofício do Conselho, informando a deliberação, bem como a cópia do dossiê de tombamento. Em seguida, os arquitetos se retiraram da

reunião. A próxima pauta analisada foi a segunda análise do projeto de obra do imóvel localizado na Rua Faustino Teixeira, inserido no perímetro de entorno do Castelinho. Bárbara expôs que a proprietária do imóvel, devido a insatisfação da última deliberação do Conselho que não aprovou o projeto integralmente, enviou um ofício aos conselheiros solicitando uma nova análise. No ofício, afirmou que o projeto não contempla alteração de altimetria no imóvel e respeita a ambiência local. A presidente expôs sua opinião sobre o assunto, e explicou que a obra no imóvel, que possui de fato valor histórico, não impacta o bem de acordo com as diretrizes estabelecidas no dossiê. A partir disto, a presidente explicou que o Conselho deveria votar, se aprova integralmente o projeto ou se mantém sua deliberação anterior, de aprovar parcialmente, exigindo a manutenção da fachada e do estilo do telhado. A conselheira Roberta explicou que acredita que o projeto não impactará negativamente no Castelinho e, por isso, votou por aprovar integralmente o projeto. Maria das Graças afirmou o mesmo e votou pela aprovação integral do projeto. Cecília afirmou que é preciso ter cuidado ao se tratar de ambiência. Rafael explicou que o termo ambiência envolve vários aspectos, sendo altimetria, paisagem, entre outros. A presidente leu as diretrizes, no intuito de contribuir na deliberação dos conselheiros. A partir da leitura, foi constatado apenas a impossibilidade de mudar a altimetria do local. O conselheiro Rafael afirmou que, além das diretrizes, o Conselho deve seguir as leis federais, a Carta de Atenas, entre outras legislações. Por isso, manteve seu voto da reunião anterior, em não aprovar o projeto integralmente, uma vez que em sua opinião, a alteração no estilo do telhado impactará a ambiência do entorno do Castelinho. Da mesma maneira, Cecília manteve seu voto anterior, e não aprovou o projeto integralmente. Lorena afirmou que o Conselho não tem força suficiente para votar contra o projeto e, por isso, votou favorável ao projeto integral, apesar de identificar a importância histórica da estrutura. Juliano também votou favorável ao projeto integral. A partir disso, por quatro votos a dois, o projeto foi aprovado integralmente. Em seguida, a presidente apresentou a prestação de contas do FUMPAC. Explicou que no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), até a presente data, foi repassado o valor de R\$348.105,05 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e cinco reais e cinco centavos). Em conta, o FUMPAC tem saldo de R\$442.628,02 (quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e dois centavos). Explicou que o FUMPAC acumulou esse valor porque há alguns anos, o repassa realizado não foi investido e, por isso, o valor permaneceu e foi acumulando na conta. A presidente expôs que neste ano foi investido um total de R\$379.863,16 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos). A partir daí, detalhou os investimentos. No Museu Ferroviário – local onde está abrigada a Locomotiva tombada, foi investido um total de \$91.114,30 (noventa e um mil, cento e quatorze reais e trinta centavos), incluindo contratação de museóloga, limpeza das peças do Museu Ferroviário e a reforma na estrutura do Museu. Na Banda de Música no 7º BPM, contando a aquisição de instrumentos e as tintas para pintura da sala dos músicos, foi investido um valor de \$17.609,99 (dezessete mil, seiscentos e nove reais e noventa e nove centavos). Para a manutenção da Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário, bem registrado, foi investido, através de termo de fomento, um valor de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Para o transporte dos cortes de reinado para outras cidades, foi investido um valor de R\$ 11.599,02 (onze mil, quinhentos e noventa e nove reais e dois centavos). Para a Biquinha, bem tombado, foi investido R\$16.000,00 (dezesseis mil reais), no projeto de obras para revitalização do espaço. Com lanches e equipamentos para ações de educação patrimonial, foi investido um total de R\$12.476,47 (doze mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Em investimentos e materiais de difusão, foi investido um valor de R\$17.603,38 (dezessete mil, seiscentos e três reais e trinta e oito centavos), que contemplaram a Cantonata da Banda do 7º BPM, na Vila Militar, a realização do Concurso Beleza Negra, inserido no programa de Afromineiridade, que contou com apresentação do Moçambique de São Benedito, e a realização do Festival Strig Fest, cujo tema foi “patrimônio, história e memória. Por fim, para a iluminação natalina em bens tombados da cidade, foi investido R\$53.460,16 (cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta reais e dezesseis centavos). A prestação de contas foi

aprovada por unanimidade. Em seguida, a presidente explicou o que era o Plano de Aplicação e apresentou o plano previsto para 2023. Expôs que a previsão orçamentária para o FUMPAC é um total de R\$460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais). Informou que o ideal era investir pesado na revitalização e restauro da Biquinha. Todavia, é preciso investir nos demais bens. A partir daí, expôs o Plano de Aplicação de 2023, que prevê R\$150.000,00 para a revitalização e restauro da Biquinha; R\$130.000,00 para contratação de empresa de museografia do Museu Ferroviário; R\$60.000,00 para investimento na realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário; R\$15.000,00 para investimento na Banda de Música do 7º BPM. Investimento que o conselheiro e membro da Banda, Juliano Pires, afirmou ser necessário. R\$10.000,00 para investimento em materiais de difusão, cuja proposta é lançar um caderno de receitas dos doces de Dona Judite, cujo modo de fazer é inventariado, e um panfleto da Biquinha. Para educação patrimonial, o plano prevê R\$5.000,00 para aquisição de lanches e materiais necessários, e mais R\$17.600,00 para contratação do grupo Afro-Minas, que ensinará danças de origem africana em oficinas oferecidas gratuitamente pela Prefeitura. Além das danças, o grupo trabalhará a Língua da Tabatinga com os alunos, bem imaterial que está em processo de registro. Por fim, R\$25.000,00 para realização da Jornada do Patrimônio e R\$20.000,00 para o custeio de transporte de cortes de Reinado. O Plano de Aplicação apresentado totaliza um valor de R\$433.600,00. Assim, o valor de R\$26.400,00 está sobressalente. Contudo, a presidente informou que os representantes do Memorial Sacro já demonstraram interesse em solicitar fomento para a manutenção do espaço. O conselheiro Rafael entendeu que o valor repassado para a Banda é insuficiente. Mas Bárbara explicou que é uma previsão, e vai depender do plano de trabalho apresentado pela Banda. Roberta questionou sobre a previsão de valor para iluminação natalina. A presidente expôs que não é intuito deixar um valor estipulado para iluminação. Contudo é possível fazer se acaso algum investimento não for possível. A partir disso, o Plano de Aplicação de 2023 foi aprovado por unanimidade. Ao final, a presidente solicitou a análise do Conselho sobre a obra na Avenida Ari Marques. Os membros Rafael, Lorena e Cecília se posicionaram contrário à realização da obra. Roberta explicou que está preocupada com a nascente que existe no local, mas que entende que o tema não pertence ao Conselho do Patrimônio Cultural. Lorena sugeriu a alteração da obra em quatro torres menores. Rafael afirmou que apesar de diminuir a altura, preencheria com muitas torres. Em seguida, sugeriu que a empresa deveria apresentar uma contrapartida. A presidente afirmou que o ideal é o Conselho apresentar a contrapartida, como a revitalização da pintura da Vila Militar, a restauração do antigo açougue e a revitalização da sala da Banda de Música. A partir daí, os conselheiros analisaram as diretrizes e, de acordo com as mesmas, para a análise do Conselho, é necessária a análise e validação do Conselho do Meio Ambiente e do Conselho da Mata do Batalhão. A partir daí, a deliberação do Conselho, por unanimidade, foi solicitar a análise dos conselhos supracitados e, depois, analisar novamente o projeto. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Cecília Santos, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	
Cecília Pinto Santos	
Rafael Saldanha de Lima	
Roberta Neves	

Membros Suplentes	
Maria das Graças Epifânio da Silva	
Juliano Pires	
Lorena Soares Silva Máximo	

Ata da 157ª (centésima quinquagésima sétima) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia vinte e quatro de dezembro de dois mil e vinte e três. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Silva Freitas (titular); Rafael Saldanha de Lima (titular); Roberta Neves (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Mateus Couto (titular) e João Mansur Neto (suplente). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio de mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp e que continha data, horário, local e pautas da reunião convocada. As pautas foram: 1- Votação do novo secretariado do COMPAC, 2- colocação de obstáculos de skates removíveis aos sábados de manhã, 3- projeto de obra na Praça da Santa Casa. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara, que explicou para todos a situação da primeira pauta, visto que a conselheira e secretária Cecília Pinto comunicou a sua saída do COMPAC. Foi feita uma votação para escolher quem iria ser a (o) próxima (o) secretária(o) e por unanimidade foi escolhida Liliane Galdino, servidora efetiva da Secretaria da Cultura e Turismo. Foi analisado o pedido da loja Skate Indie House em colocar alguns obstáculos removíveis para manobras de skate no denominado "Mineirinho" da Praça da Matriz, os obstáculos ficariam disponíveis para aos skatistas aos sábados de oito horas manhã até o meio dia. Rafael questionou se o impacto não iria causar danos no piso da praça, mas Gláucia lembrou a todos que a praça é muito frequentada pelos skatistas e estes fazem manobras em cima dos bancos, então isso preservaria a estrutura do entorno bem tombado. A partir daí, os conselheiros iniciaram a votação, e o pedido foi aprovado por unanimidade. A presidente solicitou a análise do pedido a instalação de uma lanchonete de estrutura removível tipo container na Praça Irmã Albuquerque (Praça da Santa Casa, área de entorno da paineira bem tombado do município) e toda a renda será revertida para a Santa Casa. Contudo, por não estar o projeto ainda, os conselheiros não puderam aprovar. Nada mais havendo a tratar, a presente ata lavrada por mim, Liliane Galdino, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	